

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL – SUBCOMISSÃO RIO+20**

RELATÓRIO RIO+20

Dep. Ricardo Tripoli
Relator

abril - 2013

SUMÁRIO

Membros da Comissão presentes na Rio+20	3
I - Introdução	4
II - Diagnóstico do Meio Ambiente Global.....	7
III - A Rio+20	14
IV - Eventos paralelos.....	25
V - Atividades da Comissão na Rio+20.....	37
VI - Considerações Finais	40
Referências Bibliográficas.....	43

MEMBROS DA COMISSÃO PRESENTES NA RIO+20

SARNEY FILHO (PV/MA) - PRESIDENTE

ARNALDO JORDY (PPS/PA) - 1º VICE-PRESIDENTE

PENNA (PV/SP) - 2º VICE-PRESIDENTE

REBECCA GARCIA (PP/AM) - 3º VICE-PRESIDENTE

ANTÔNIO ROBERTO (PV/MG)

FELIPE BORNIER (PSD/RJ)

IRAJÁ ABREU (PSD/TO)

LEONARDO MONTEIRO (PT/MG)

MÁRCIO MACÊDO (PT/SE)

MARINA SANTANA (PT/GO)

PAULO PIAU (PMDB/MG)

RICARDO TRIPOLI (PSDB/SP)

I - INTRODUÇÃO

As grandes conferências da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre meio ambiente vêm sendo realizadas desde a década de 1970, quando os problemas ambientais cresceram em escala.

A primeira delas, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, ocorreu em 1972, em Estocolmo, e teve como resultado a Declaração de Estocolmo. Entre outras afirmações, a Declaração consagra a soberania dos Estados sobre seus recursos naturais, aponta o processo de industrialização e a pobreza como causas da degradação e coloca o desenvolvimento econômico como requisito para a melhoria da qualidade de vida.

A segunda – a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) ou Eco-92, ocorreu no Rio de Janeiro, em 1992. Entre outras determinações, a Declaração do Rio reafirma a soberania dos Estados sobre seus recursos naturais; inclui o direito intergeracional, os princípios da precaução, da prevenção, do poluidor-pagador e das responsabilidades comuns, mas diferenciadas; propõe a eliminação de padrões insustentáveis de produção e consumo, o intercâmbio de conhecimento e a transferência de tecnologias.

A terceira – a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável ou Rio+10 – realizou-se em Joanesburgo, em 2002, e resultou na Declaração Política e no Plano de Implementação do Desenvolvimento Sustentável. Esse Plano define algumas metas, entre as quais: redução significativa da perda de biodiversidade até 2010; diminuição da população com fome e que vive abaixo da linha da pobreza pela metade, até 2015; recuperação e manutenção de estoques pesqueiros em níveis sustentáveis, até 2015; redução da população sem acesso ao saneamento e à água doce de qualidade pela metade, até 2015; e redução da população que vive em habitações subnormais pela metade, até 2020.

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), ocorrida entre 13 e 22 de junho de 2012, no Rio de Janeiro, é, portanto, a quarta conferência da ONU relativa ao meio ambiente e ao desenvolvimento. Foi aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2009, por meio da Resolução 64/236.

Além das quatro grandes Conferências, em 1997 ocorreu a Rio+5 – uma sessão especial da Assembleia Geral da ONU destinada a avaliar os resultados da implantação da Agenda 21. Essa reunião também resultou em um documento final que, entre outras recomendações, propôs a adoção de metas vinculativas para a redução das emissões de GEE.

A análise dos resultados da Rio+20 não pode prescindir da contextualização dessa Conferência em relação às anteriores, especialmente no que se refere à natureza dos debates desenvolvidos e aos produtos gerados de cada uma.

Na Conferência de Estocolmo, os países em desenvolvimento voltaram-se veementemente contra limitações ambientais que pudessem constranger o crescimento econômico, afirmando que os países industrializados haviam se beneficiado amplamente desse crescimento e eram responsáveis pela degradação ambiental. Em relação aos resultados, a Conferência de Estocolmo levou à criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) ainda em 1972, destinado a promover a gestão global dos problemas ambientais. Por proposta do Pnuma, foi criada a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMED), com a missão de promover o diálogo entre países ricos e pobres sobre as questões de meio ambiente e desenvolvimento e de definir formas de cooperação entre ambos. Foi a CMED que, em 1987, publicou o Relatório *Brundtland*, denominado Nosso Futuro Comum, que deu notoriedade ao conceito de desenvolvimento sustentável (GANEM, 2012).

Na Eco-92, os discursos acerca dos conflitos entre limitações ambientais e crescimento econômico ainda estavam presentes, mas o conceito de desenvolvimento sustentável já havia sido lançado, o qual encerra o princípio de que o crescimento econômico deve visar à melhoria da qualidade de vida e não pode comprometer a sustentabilidade dos recursos naturais que lhe dão base. Da Eco-92, resultaram a Agenda 21, a Convenção sobre a Diversidade Biológica, a Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima e a Declaração sobre Florestas. Para acompanhar a efetividade desses documentos, a Assembleia Geral da ONU criou a Comissão de Desenvolvimento Sustentável, no âmbito do Conselho Econômico e Social (ECOSOC), em 1992 (GANEM, 2012).

A Agenda 21 constitui uma cartilha de ações a serem desenvolvidas principalmente pelos Governos, com vistas à conciliação entre desenvolvimento e

proteção ambiental. A Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB) reconhece a importância da diversidade biológica para a evolução e manutenção da biosfera e aponta as estratégias de proteção da biodiversidade. A Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima dispõe sobre a estabilidade das concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera, num nível que reduza a interferência antrópica perigosa no sistema climático. A Declaração sobre Florestas trata do uso sustentável de florestas (GANEM, 2012).

Posteriormente à Eco-92, foi aprovada a Convenção para o Combate à Desertificação em 1994, fruto de propostas, no âmbito da Conferência, de países com problemas de desertificação.

Na Rio+10, objetivava-se fazer um balanço dos resultados alcançados até então. Havia a expectativa de que fossem definidas ações mais concretas para a implantação dos documentos anteriormente aprovados, especialmente no que se refere às mudanças do clima e à perda de biodiversidade. Entretanto, o Plano de Implementação do Desenvolvimento Sustentável aprovado em Joanesburgo foi considerado fraco diante dos desafios a enfrentar.

Um diagnóstico da situação atual sobre os esforços globais para reduzir as alterações ambientais provocadas pela ação humana será apresentado no tópico a seguir, sobre o documento apresentado pelo Pnuma – GEO-5 Panorama Mundial Global.

Antes, porém, deve-se salientar que, apesar dos poucos resultados na reversão dos impactos sobre o meio ambiente, não se pode olvidar as alterações nos princípios e conceitos que permeiam o discurso dos representantes dos diversos países presentes nas Conferências da ONU. Nos últimos quarenta anos, passou-se da oposição entre conservação e desenvolvimento para uma perspectiva cada vez mais integradora, baseada na evidência de que a degradação ambiental compromete o bem-estar das populações e a base de recursos para o crescimento econômico. Migrou-se, também, das soluções tecnocráticas para a percepção de que os desafios são de natureza política. O conhecimento científico é essencial para o encontro das soluções, mas, sozinho, é insuficiente (GANEM, 2012).

II - DIAGNÓSTICO DO MEIO AMBIENTE GLOBAL

O GEO-5 – Panorama Ambiental Global – do Pnuma, constitui a avaliação da ONU sobre o estado, as tendências e a perspectiva do meio ambiente global e visa oferecer, aos governos e às sociedades, a contribuição científica para o alcance do desenvolvimento sustentável. A seguir, apresenta-se uma síntese de suas principais conclusões.

Afirma-se que

“as mudanças observadas atualmente no sistema da Terra não têm precedentes na história humana. Os esforços de desacelerar o ritmo ou tamanho das mudanças — inclusive maior eficiência de recursos e medidas de mitigação — tiveram resultados modestos, mas não lograram reverter as mudanças ambientais adversas. Nem seu escopo nem sua velocidade diminuíram nos últimos cinco anos.

Ao passo que as pressões humanas sobre o sistema terrestre aceleram, diversos limiares críticos globais, regionais e locais estão próximos de serem ultrapassados, ou até já o foram. Uma vez ultrapassados, é provável que ocorram mudanças abruptas e possivelmente irreversíveis às funções que sustentam a vida do planeta, com implicações adversas significativas para o bem-estar humano.” (PNUMA, 2012a, p. 6).

São citados, como exemplo de mudança abrupta regional, o colapso dos ecossistemas estuarinos e lacustres devido à eutrofização e, como exemplo abrupto e irreversível, o descongelamento acelerado da camada de gelo no Ártico e o derretimento de geleiras, devido ao aquecimento global. Como exemplo de consequências graves para o bem-estar humano, citam-se a maior incidência de malária devida ao aumento da temperatura média em algumas localidades e a maior frequência e gravidade dos episódios climáticos, como enchentes e secas, num patamar inédito. São mencionadas, também, as ameaças decorrentes do aumento do nível do mar para a conservação dos bens naturais e a segurança alimentar nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento; as perdas significativas da biodiversidade e constante extinção de espécies, que afetam o suprimento de serviços ecossistêmicos, o colapso de atividades pesqueiras e a perda de espécies usadas para fins medicinais (PNUMA, 2012a).

A deterioração ambiental demonstra que as metas acordadas internacionalmente foram apenas parcialmente alcançadas. Aponta-se progresso significativo no alcance da meta do Protocolo de Montreal, de proteger a camada do ozônio estratosférico. Houve redução drástica na produção e no uso das substâncias que destroem a camada de ozônio. Entretanto, o ozônio na troposfera permanece um problema significativo e de difícil solução (PNUMA, 2012a).

Há grande preocupação com poluição em áreas da África, Ásia e América Latina, devido aos níveis de material particulado muito acima das diretrizes internacionais, e no Oriente Médio, devido à névoa de poeira (PNUMA, 2012a).

Porém, em relação aos problemas atmosféricos, a preocupação maior segue sendo os efeitos adversos da mudança do clima, tendo em vista as dificuldades para o alcance da meta firmada no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, de reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE), para que o aumento na temperatura mundial média permaneça abaixo de 2°C em relação aos níveis pré-industriais. O alcance dessa meta exige o cumprimento dos atuais compromissos, a introdução de transformações que promovam uma economia global de baixo carbono e a elaboração e implementação dos planos nacionais de ação para mudança do clima, ações de mitigação adequadas ao país e planos nacionais de ação para adaptação (PNUMA, 2012a).

O documento ressalta que houve progressos também no controle do desmatamento na Amazônia brasileira, devido às políticas de monitoramento florestal.

“Alguns sistemas florestais e agroflorestais, bem como os esforços para reduzir a conversão da terra a outros usos, oferecem exemplos que podem resultar na manutenção e reforço de estoques de carbono no solo e contribuem para a conservação e uso sustentável da biodiversidade. Manejo florestal adequado poderia incluir a regeneração natural de florestas degradadas e reflorestamento, que regularia a conversão da terra florestal para fins não florestais com mecanismos abrangentes para florestamento compensatório e a adoção de agrossilvicultura. Os esforços para melhor entender os serviços ecossistêmicos prestados por diversos usos da terra, assim como a valoração do capital natural, estão numa fase incipiente de desenvolvimento e devem ser fortalecidos.” (PNUMA, 2012a, p. 9).

Mas, a taxa de perda florestal, especialmente nos trópicos, permanece assustadoramente alta. O desmatamento e a degradação das florestas por si só poderão ter um custo para a economia global maior do que as perdas incorridas durante a crise financeira de 2008. O crescimento da população, o desenvolvimento econômico e os mercados globais são importantes vetores de mudança que juntos intensificam as pressões sobre o solo ao aumentarem as demandas por alimentos, ração, energia e matérias-primas. A conversão do uso da terra causa perda de biodiversidade, a degradação do solo e pressão sobre as áreas protegidas e desconsidera o valor dos serviços ecossistêmicos e os limites biofísicos da produtividade (PNUMA, 2012a).

As decisões sobre o uso do solo muitas vezes não reconhecem o estresse adicional sobre as áreas produtivas causadas pela mudança do clima. Muitas intervenções que pretendem proteger os ecossistemas têm falhado também no que se refere a estabelecer uma relação adequada com comunidades locais e indígenas e com o setor privado, ou em levar em conta os valores locais. Ademais, uma abordagem integrada à conservação e ao desenvolvimento nem sempre se reconcilia com a legislação local do uso da terra (PNUMA, 2012a).

As políticas sobre os solos representam algumas das áreas mais ativas de inovação, aí incluídos o pagamento por serviços ecossistêmicos e o manejo integrado com base local. Para que esses sistemas sejam ampliados, é preciso aprimorar o monitoramento e o estabelecimento de metas mais claras e operacionais (PNUMA, 2012a).

O mundo está a caminho de cumprir o Objetivo de Desenvolvimento do Milênio de acesso à água, mas não o de acesso ao saneamento — 2,6 bilhões de pessoas ainda não têm acesso a saneamento básico —, e houve algum progresso no alcance das metas de eficiência hídrica. Talvez o limite da sustentabilidade dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos já tenha sido alcançado ou até ultrapassado em muitas regiões. A extração mundial de água triplicou nos últimos cinquenta anos; o ritmo da redução dos estoques globais de águas subterrâneas mais do que dobrou entre 1960 e 2000, 80% da população mundial vive em áreas com graves ameaças à segurança hídrica. Há previsão de que 800 milhões de pessoas ainda não terão acesso adequado ao abastecimento de água até 2015. Em muitos países, não há coleta de dados, monitoramento e avaliação da hidrologia, da disponibilidade de água e da qualidade da água (PNUMA, 2012a).

A conservação da água depende de seu uso eficiente, especialmente no setor agrícola, tendo em vista que esse é o uso mais consuntivo de recursos hídricos, e da prevenção e redução da poluição hídrica. Embora tenha havido progresso significativo no manejo integrado de recursos hídricos nos últimos vinte anos, a pressão cada vez maior sobre o abastecimento e o uso da água precisa ser compensada com uma aceleração das melhorias na governança em todos os níveis (PNUMA, 2012a).

Em relação aos oceanos, o GEO 5 afirma que o número de áreas costeiras eutrofizadas aumentou drasticamente desde 1990. De 415 áreas costeiras em estado de eutrofização grave, apenas treze estão se recuperando. A absorção excessiva de CO₂ da atmosfera causa acidificação dos oceanos, que ameaça as comunidades de recifes de coral e moluscos (PNUMA, 2012a).

As áreas protegidas cobrem quase 13% da área terrestre, com reconhecimento cada vez maior das áreas manejadas por comunidades indígenas e locais. Entretanto, as áreas protegidas estão frequentemente isoladas umas das outras, o que demanda a criação de corredores ecológicos entre elas. Menos de 1,5% de toda a área marinha está protegida atualmente, o que está muito longe do acordado na Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), por meio das Metas de Aichi, que estabelecem o alvo de 10% de áreas costeiras e marinhas até 2020 (PNUMA, 2012a).

Perdas substanciais e contínuas de espécies contribuem para a deterioração do ecossistema. Há diminuição das populações das espécies, especialmente entre os vertebrados, cujas populações caíram em 30% desde 1970. A perda e a degradação dos habitats, a exploração insustentável, a poluição e a invasão de espécies exóticas são as ameaças predominantes à biodiversidade terrestre e aquática (PNUMA, 2012a).

A perda de biodiversidade compromete os serviços ecossistêmicos, o que poderá levar a um aumento da insegurança alimentar, gerar pobreza e prejudicar a saúde e o bem estar humano (PNUMA, 2012a).

Sobre as substâncias químicas, o GEO 5 ressalta que existem cerca de 248.000 produtos químicos disponíveis comercialmente e o ritmo de sua produção continua a crescer. Tais produtos trazem avanços para a agricultura e a produção de alimentos, o controle de pestes, a medicina e a indústria. Porém, há substâncias que geram riscos à saúde humana e ao meio ambiente (PNUMA, 2012a).

O aumento da urbanização contribuiu para a geração de mais resíduos em geral, inclusive resíduos eletrônicos e resíduos perigosos de atividades industriais. Os países

da Organização de Cooperação Econômica e Desenvolvimento produziram cerca de 650 milhões de toneladas de resíduos municipais em 2007, crescendo em torno de 0,5% a 0,7% ao ano. Embora existam políticas de gerenciamento de resíduos em muitos países, sua implantação tem tido resultados variáveis e os informes de dados de resíduos perigosos têm diminuído. Em muitos países, a capacidade técnica, financeira e de infraestrutura para o manejo de produtos químicos e resíduos perigosos é insuficiente ou não existe. Agrava ainda mais a preocupação o fato de que a produção de substâncias químicas está se deslocando dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento e o uso de produtos químicos nos países em desenvolvimento está crescendo rapidamente (PNUMA, 2012a).

O GEO-5 aponta diversos instrumentos normativos que poderiam acelerar a concretização de metas internacionais, entre os quais:

- pagamento por serviços ecossistêmicos (PSE);
- pagamento pela redução de emissões do desmatamento e da degradação de florestas (REDD+);
- aumento da extensão das áreas protegidas terrestres e marinhas;
- implantação de corredores de biodiversidade;
- remoção de subsídios perversos ou prejudiciais ao meio ambiente, especialmente para combustíveis fósseis;
- impostos sobre emissões de carbono;
- incentivos florestais para o sequestro de carbono;
- promoção do comércio de emissões;
- manejo integrado de bacias hidrográficas;
- crescimento inteligente das cidades;
- plantio direto e manejo integrado de pragas e/ou agricultura orgânica;
- desenvolvimento da agrossilvicultura e de práticas silvopastoris;
- registro e análise de ciclo de vida de substâncias químicas;
- implantação da estratégia 3R – reduzir, reutilizar e reciclar (3Rs) e produção mais limpa;
- sistemas nacionais e regionais de tratamento de resíduos perigosos;
- controle de exportações e importações inadequadas de produtos químicos e resíduos perigosos;

- aumento da cooperação internacional em transferência e aplicação de tecnologias que economizam energia;
- promoção de eficiência energética;
- maior uso de energia renovável e tarifas preferenciais para compra de energia de fontes renováveis;
- manejo integrado da zona costeira;
- implantação da avaliação ambiental estratégica;
- desenvolvimento de sistemas contábeis que estimam valor do capital natural e serviços ecossistêmicos; e
- melhor estabelecimento de metas e de sistemas de monitoramento ambiental.

Entretanto, há pouca confiança na probabilidade de reversão de algumas das atuais tendências adversas no meio ambiente global, ainda que todas essas ações venham a ser implantadas e bem-sucedidas. Em vez de enfrentar os impactos da degradação ambiental, é preciso tratar os vetores subjacentes a ela, por meio de políticas regulatórias que de fato mudem o comportamento humano e empresarial. Enfatiza-se que não existe uma solução universal para a degradação ambiental e que a coordenação, a participação e a cooperação são elementos críticos para alcançar de forma conjunta os objetivos e metas internacionalmente acordados (PNUMA, 2012a).

Uma abordagem baseada em resultados para alcançar o bem-estar humano e a sustentabilidade depende de: elaboração de metas ambientais e monitoramento de seus resultados, no contexto de metas de desenvolvimento sustentável; obtenção de séries temporais coerentes de dados; fomento à economia verde e à erradicação de pobreza; aumento da eficácia das instituições globais para atender às necessidades humanas evitando-se, ao mesmo tempo, a degradação ambiental; fortalecimento da educação ambiental e conscientização acerca das questões de sustentabilidade; acesso às informações, participação pública na tomada de decisão e acesso à justiça em questões ambientais (PNUMA, 2012a).

Assim, tendo em vista o quadro descrito pelo Pnuma, sobre a pressão sobre os recursos naturais e ecossistemas globais, esperava-se que a Rio+20 avançasse na definição de metas ambientais e de estratégias para a promoção da economia verde e do combate à pobreza, bem como no fortalecimento das instituições globais, tendo em vista a reversão desse quadro. Os resultados alcançados na Conferência são descritos

adiante, por meio da síntese do documento final da Rio+20, denominado *O Futuro que Queremos*.

III - A RIO+20

A realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) foi aprovada pela 64ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, por meio da Resolução 64/236, de 2009. Conforme a Resolução, o objetivo da Conferência foi o de

“garantir um compromisso renovado em nome do desenvolvimento sustentável, avaliando o progresso obtido até o presente e as lacunas remanescentes na implementação dos resultados das maiores cúpulas de desenvolvimento sustentável, abordando desafios novos e emergentes. O foco da Conferência incluirá os seguintes temas a serem discutidos e aperfeiçoados durante o processo preparatório: economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza, e o arcabouço institucional para o desenvolvimento sustentável”.

A Rio+20 ocorreu entre 13 e 22 de junho de 2012, na cidade do Rio de Janeiro. Estiveram presentes delegações de 188 Estados-Membros e três observadores, mais de 100 Chefes de Estado e de Governo, aproximadamente 12.000 delegados e 45.381 participantes. Entre 13 e 15 de junho ocorreu a terceira e última reunião preparatória destinada à conclusão das negociações sobre o acordo que veio a ser adotado na Conferência. Entre 20 e 22 de junho ocorreu a Conferência propriamente dita, com a presença dos Chefes de Estado e de Governo, que aprovou o documento final intitulado *O Futuro que Queremos* (ONU, 2012).

O conteúdo desse documento é sintetizado abaixo:

O FUTURO QUE QUEREMOS

O documento *O Futuro que Queremos* inicia afirmando que a erradicação da pobreza é o maior desafio atual do Planeta. Os objetivos fundamentais do desenvolvimento sustentável são o crescimento econômico justo e inclusivo, a redução das desigualdades, a elevação dos padrões de vida, a gestão ambiental integrada dos recursos naturais, facilitando a conservação dos ecossistemas, bem como sua

regeneração, recuperação e resistência. Reafirma o princípio das responsabilidades comuns mas diferenciadas, bem como o compromisso de consecução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) até 2015 e de implantação da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (da Eco-92), a Agenda 21, a Declaração de Joanesburgo, a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), a Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima e a Convenção para o Combate à Desertificação.

O documento reconhece que é preciso acelerar a eliminação da lacuna de desenvolvimento entre os países e que, desde 1992, tem havido progresso insuficiente e mesmo retrocessos na integração entre as três dimensões do desenvolvimento sustentável (ecológica, social e econômica). Manifesta preocupação com o fato de que uma em cada cinco pessoas do Planeta – isto é, mais de um bilhão de pessoas – ainda vivem na pobreza extrema. Subnutrição, pandemias e epidemias permanecem como ameaças à saúde pública. Também são muito preocupantes os elevados níveis de subemprego e emprego entre os jovens, o que aponta a necessidade de estabelecimento de uma estratégia global de emprego para a juventude no âmbito da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Há, ainda, os desafios dos países mais vulneráveis, particularmente os africanos, os países sem litoral, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento (*Small Island Developing States* – SIDS) e aqueles em situação de conflito.

O documento *O Futuro que Queremos* reconhece a necessidade de medidas mais amplas de progresso para complementar o PIB, que melhor informem as decisões políticas. Solicita à Comissão Estatística das Nações Unidas, em consulta com entidades relevantes do Sistema das Nações Unidas e outras, que lance um programa de trabalho nessa área, a partir das iniciativas existentes.

Segundo o documento, o caminho para o desenvolvimento sustentável depende de abordagens holísticas e integradoras, tendo em vista a harmonia entre o Homem e a Natureza. Têm papel fundamental na construção desse novo caminho: todos os níveis de governo; os órgãos legislativos; o poder judiciário; a sociedade civil em geral; o setor privado; a comunidade científica e tecnológica; os povos indígenas; os agricultores, aí incluídos, os pequenos produtores, pescadores, pequenos criadores e habitantes das florestas; os jovens; as organizações não governamentais; as organizações internacionais relevantes, incluídos os bancos multilaterais e a própria ONU.

Em relação à **economia verde**, o documento afirma que ela deve:

- (A) estar em conformidade com o direito internacional;
- (B) respeitar a soberania nacional de cada país sobre seus recursos naturais, tendo em consideração as circunstâncias nacionais, objetivos, responsabilidades, prioridades e políticas territoriais de cada país, em relação às três dimensões do desenvolvimento sustentável;
- (C) ser apoiada por um ambiente propício, por instituições que funcionem bem em todos os níveis, com papel de liderança entre os governos, com a participação de todas as partes interessadas, incluindo a sociedade civil;
- (D) promover crescimento econômico sustentado e inclusivo, inovação e oportunidades, benefícios e empoderamento para todos, bem como o respeito aos direitos humanos;
- (E) considerar as necessidades dos países em desenvolvimento, especialmente aqueles em situações especiais;
- (F) reforçar a cooperação internacional, incluindo a provisão de recursos financeiros, capacitação e transferência de tecnologia para países em desenvolvimento;
- (G) evitar condicionalidades injustificadas sobre a assistência oficial ao desenvolvimento (*official development assistance* – ODA) e finanças;
- (H) não constituir um meio de discriminação arbitrária ou injustificável ou uma restrição ao comércio internacional, evitar ações unilaterais para lidar com mudanças ambientais fora da jurisdição do país importador e assegurar que as medidas voltadas para problemas ambientais transfronteiriços ou globais, tanto quanto possível, sejam baseadas em consenso internacional;
- (I) contribuir para eliminar as distâncias tecnológicas entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento e reduzir a dependência tecnológica dos países em desenvolvimento, utilizando-se todas as medidas adequadas;
- (J) aumentar o bem-estar dos povos indígenas e de outras comunidades tradicionais e minorias étnicas, reconhecer e apoiar a sua identidade cultural, não colocar em perigo o conhecimento tradicional e preservar abordagens não mercantis que contribuam para a erradicação da pobreza;
- (K) melhorar o bem-estar de mulheres, crianças, jovens, pessoas com deficiência, pequenos agricultores e agricultores de subsistência, pescadores e pessoas que trabalham em pequenas e médias empresas, e melhorar os meios de subsistência e de

empoderamento dos pobres e dos grupos vulneráveis, em particular nos países em desenvolvimento;

(L) mobilizar todo o potencial e garantir contribuição igualitária de homens e mulheres;

(m) promover atividades produtivas nos países em desenvolvimento que contribuam para a erradicação da pobreza;

(n) abordar a preocupação com as desigualdades e promover a inclusão social, incluindo pisos de proteção social;

(o) promover o consumo e padrões de produção sustentáveis; e

(p) dar continuidade aos esforços de luta pelo desenvolvimento equitativo e inclusivo, tendo em vista superar a pobreza e a desigualdade.

Cada país deve escolher estratégias em conformidade com seus planos nacionais e prioridades de desenvolvimento sustentável. Os governos são convidados a criar estruturas tecnológicas ambientalmente saudáveis. Ressalta a importância da transferência de tecnologias aos países em desenvolvimento e recorda as disposições nesse sentido, bem como sobre finanças, acesso à informação e direitos de propriedade intelectual acordadas no Plano de Implementação de Joanesburgo.

Em relação às instituições globais voltadas para o desenvolvimento sustentável, o documento ressalta que elas devem:

(a) promover a integração equilibrada das três dimensões do desenvolvimento;

(b) basear-se numa abordagem de ação orientada para os resultados, com a devida atenção a todas as questões transversais relevantes;

(c) ressaltar a importância das interligações entre os principais problemas e a necessidade de uma abordagem sistemática para saná-los;

(d) reforçar a coerência, reduzir a fragmentação e a sobreposição, aumentar a eficácia, a eficiência e a transparência, reforçando a coordenação e a cooperação;

(e) promover a participação plena e efetiva de todos os países nos processos de tomada de decisões;

(f) envolver os líderes políticos de alto nível, fornecer orientação política, bem como identificar ações específicas para promover a efetiva implantação do desenvolvimento sustentável, incluído o intercâmbio voluntário de experiências e lições aprendidas;

(g) promover a interface entre ciência e política, utilizando-se evidências e avaliações científicas transparentes, e fomentar o acesso a dados confiáveis, relevantes e oportunos, nas áreas relacionadas às três dimensões do desenvolvimento sustentável, e,

ainda, fortalecer a participação de todos os países e a capacitação dos países em desenvolvimento, para, inclusive, realizar seu próprio monitoramento e suas próprias avaliações;

(h) melhorar o engajamento e participação efetiva da sociedade civil e partes interessadas nas instâncias internacionais relevantes; e

(i) promover a revisão e a avaliação do progresso na implantação de todos os compromissos para o desenvolvimento sustentável, incluídos aqueles relacionados aos meios de implementação.

O documento reconhece a universalidade e o papel central da ONU, reafirma a autoridade da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre os assuntos globais e sua posição como chefe deliberativo. Compromete-se com o fortalecimento do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) e afirma que ele é o órgão principal para as questões do desenvolvimento socioeconômico e para o acompanhamento dos Objetivos do Milênio.

Decidiu-se estabelecer um Fórum Político Intergovernamental de Alto Nível, inicialmente com base na Comissão de Desenvolvimento Sustentável e, posteriormente, substituindo-a. O Fórum poderia:

(a) prover liderança política, orientação e recomendações para o desenvolvimento sustentável;

(b) promover a integração das três dimensões do desenvolvimento sustentável por meio de abordagem holística e intersetorial;

(c) fornecer uma plataforma dinâmica para o diálogo regular e definir uma agenda para promover o desenvolvimento sustentável;

(d) ter uma agenda focada, dinâmica e orientada para a ação;

(e) acompanhar e analisar os progressos na implantação dos compromissos da Agenda 21 e do Plano de Implementação de Joanesburgo, entre outros acordos;

(f) incentivar a participação de todo o Sistema das Nações Unidas, fundos e programas e convidar para participar, quando necessário, outros órgãos multilaterais relevantes, instituições financeiras e comerciais, de acordo com as regras das Nações Unidas;

(g) melhorar a cooperação e coordenação dentro do Sistema das Nações Unidas sobre os programas e políticas de desenvolvimento sustentável;

(h) reforçar o papel consultivo e a participação dos grupos de interesse em nível internacional, a fim de melhor fazer uso de seus conhecimentos, mantendo a natureza intergovernamental das discussões;

- (i) promover o intercâmbio de melhores práticas e experiências relacionadas com a implantação do desenvolvimento sustentável e, em base voluntária, facilitar a partilha de experiências, sucessos, desafios e lições aprendidas;
- (j) promover a coerência de todo o sistema e a coordenação das políticas de desenvolvimento sustentável;
- (k) revisar e consolidar a documentação dispersa e elaborar relatório global de desenvolvimento sustentável, com base em avaliações existentes;
- (l) fortalecer o sistema de tomada de decisão baseado em evidências em todos os níveis e contribuir para o fortalecimento de esforços em curso de capacitação para coleta e análise de dados nos países em desenvolvimento.

O formato do Fórum será definido em processo de negociação intergovernamental, aberto, transparente e inclusivo. Objetiva-se fazer a primeira convocação do Fórum no começo da 68ª sessão da Assembleia Geral.

Em relação ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), decidiu-se que ele continuará como autoridade ambiental líder, convidando-se a 67ª Sessão da Assembleia Geral a adotar resolução para o fortalecimento e modernização do Programa. Entre outras medidas a serem adotadas, incluem-se o aumento dos recursos financeiros provenientes do orçamento regular das contribuições da ONU e recursos voluntários, bem como a capacitação do Pnuma para liderar os esforços da ONU na formulação das estratégias ligadas ao meio ambiente.

Apela-se aos países que fortaleçam suas instituições nacionais, subnacionais e locais, tendo em vista o planejamento coerente e integrado da tomada de decisões.

Quanto à erradicação da pobreza, o documento reconhece que, embora tenha havido progressos no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, tal progresso tem sido desigual e o número de pessoas vivendo na pobreza continua a aumentar em alguns países. Mulheres e crianças continuam sendo os mais afetados. O acesso universal aos serviços sociais pode dar importante contribuição para a consolidação e alcance de ganhos no desenvolvimento.

O documento afirma que toda pessoa tem direito de acesso a alimentos seguros, suficientes e nutritivos e a estar livre da fome.

O documento reconhece que uma parcela significativa dos pobres vive em áreas rurais e também que as comunidades rurais têm papel importante no desenvolvimento

econômico de muitos países. Reconhece ainda a importância das práticas agrícolas tradicionais, incluindo os sistemas tradicionais de abastecimento de sementes.

É preciso melhorar o acesso ao crédito e a outros sistemas financeiros, à posse da terra, aos serviços sociais e às tecnologias apropriadas dos pequenos produtores, assim como de mulheres, povos indígenas e pessoas em situações vulneráveis.

É necessário reduzir as perdas de alimentos em toda a cadeia de abastecimento alimentar. É preciso promover, valorizar e apoiar a agropecuária sustentável, que melhora a segurança alimentar, erradica a fome, é economicamente viável e contribui para a conservação do solo, da água e da biodiversidade, aumenta a resistência às mudanças climáticas e às catástrofes naturais. É necessário manter os processos ecológicos que dão suporte aos sistemas de produção de alimentos.

Em relação à água, o documento ressalta o compromisso com o alcance progressivo do acesso à água e ao saneamento básico para a erradicação da pobreza e da proteção da saúde humana. É necessário reduzir significativamente a poluição da água, melhorar o tratamento da água e reduzir as perdas hídricas.

No documento, firma-se o compromisso de apoiar o acesso à energia das 1,4 bilhão de pessoas no mundo que ainda não contam com esse serviço. Ressalta o apoio ao uso de fontes diversificadas de energia, com o maior uso de renováveis e outras fontes de baixa emissão de GEE. Além disso, reconhece a importância da eficiência energética para o desenvolvimento sustentável, ressaltando esse aspecto especialmente para o planejamento urbano, a edificação, o transporte, a produção de bens e serviços e na concepção dos produtos. Afirma a determinação de tornar a energia sustentável uma realidade para todos.

O documento destaca que o turismo pode contribuir para as três dimensões do desenvolvimento sustentável. Encoraja-se o investimento no turismo sustentável, que pode contribuir para a criação de pequenas e médias empresas. Recomenda a abertura de microcrédito para pobres, comunidades indígenas e locais.

Em relação às cidades e assentamentos humanos, ressaltam-se as abordagens que provejam habitação a preços acessíveis, infraestrutura para favelas e sua revitalização. O documento manifesta o compromisso com a melhoria da qualidade dos assentamentos humanos e com as políticas que promovam acesso a habitação, mobilidade, segurança, energia, gestão de resíduos e outros serviços básicos. Salienta a importância de se considerar a redução dos riscos de desastre e aumento da resiliência

no planejamento urbano. Enfatiza a necessidade de aumento do número de regiões metropolitanas que implantem políticas de planejamento urbano sustentável e o papel dos governos municipais nessas políticas.

A saúde é salientada como condição prévia para o desenvolvimento sustentável e indicador de sua implantação. O desenvolvimento sustentável só pode ser alcançado na ausência de alta prevalência de doenças. Assumiu-se o compromisso em reforçar sistemas de saúde com cobertura universal equitativa.

O documento manifesta a preocupação com as condições do mercado de trabalho e com os déficits de oportunidades e exorta os governos a enfrentar o desafio global de prover acesso a trabalho decente e produtivo aos jovens em todos os lugares. Oportunidades de emprego decente podem ser criadas por meio de investimentos públicos e privados em inovação científica e tecnológica e por meio da restauração, recuperação e conservação de ecossistemas.

Uma extensa lista de tópicos é dedicada aos oceanos e mares, reconhecidos como essenciais para a sustentação dos ecossistemas da Terra. O documento salienta a importância do processo regular de Avaliação Global do Estado do Ambiente Marinho, criado no âmbito das Nações Unidas. Os primeiros resultados serão apresentados em 2014 e submetidos à consideração da Assembleia Geral da ONU. Assume-se o compromisso de, antes do final da 69ª Sessão da Assembleia Geral, abordar a questão da conservação e do uso sustentável da biodiversidade marinha de áreas além da jurisdição nacional, inclusive quanto ao desenvolvimento de um instrumento internacional sob a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos do Mar (*United Nations Convention on the Law of the Sea – UNCLOS*). Ressalta-se a preocupação com espécies invasoras, o aumento do nível do mar, a acidificação e a poluição marinha. O documento manifesta o compromisso de que medidas sejam tomadas para que, até 2025, com base em dados científicos, se alcance redução significativa de detritos marinhos, para evitar danos ao ambiente marinho e costeiro. Também é assumido o compromisso em cumprir a meta de, até 2015, restaurar os estoques a níveis que possam produzir o máximo rendimento sustentável em caráter de urgência. O documento menciona os acordos relativos aos peixes migratórios e à pesca ilegal. Reafirma o compromisso expresso no Plano de Joanesburgo de eliminar os subsídios à pesca ilegal. Reconhece a vulnerabilidade dos recifes de coral e dos manguezais. Ressalta a importância das áreas protegidas de ecossistemas marinhos para proteção de

sua biodiversidade e reafirma a meta assumida no âmbito da CDB, de que, até 2020, 10% das zonas costeiras e marinhas estejam conservadas sob gestão eficaz.

Em relação aos desastres, reafirma o compromisso assumido no âmbito do Quadro de Ação de Hyogo¹, de, até 2015, reduzir as vulnerabilidades das nações e comunidades. Reconhece a importância dos sistemas de alerta precoce e encoraja os Estados a integrar esses sistemas às estratégias nacionais de redução de riscos. Salienta, ainda, a necessidade de capacitação e de sistemas de treinamento.

A mudança do clima é reafirmada como um dos maiores desafios do nosso tempo, manifestando-se profunda preocupação com o crescimento contínuo das emissões de GEE. Os impactos já se manifestam, como seca persistente, eventos meteorológicos extremos, elevação do nível do mar, erosão costeira e acidificação dos oceanos. A adaptação à mudança do clima é uma prioridade imediata. A natureza global desse problema requer a maior cooperação possível de todos os países, tendo em vista acelerar a redução das emissões. Reitera-se a preocupação com a diferença significativa entre o efeito agregado das promessas das Partes da Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima, de mitigação de emissões globais anuais de GEE até 2020, e a chance provável de manter o aumento da temperatura média global abaixo de 2°C ou 1,5°C em relação aos níveis pré-industriais. Insta as Partes a cumprirem os compromissos acordados na Convenção e no Protocolo de Quioto.

Sobre as florestas, o documento valoriza iniciativas em curso nos países em desenvolvimento, de redução de emissões por desmatamento e degradação (REDD), bem como o papel da conservação, do manejo florestal sustentável e do aumento dos estoques de carbono florestal.

Em relação à biodiversidade, reafirma-se o seu valor intrínseco, bem como seu valor ecológico, social, econômico, científico, educacional, cultural, recreativo e estético. A perda de biodiversidade prejudica o desenvolvimento global, afetando a segurança alimentar e nutricional e a oferta de água. Destaca a importância da conectividade entre habitats e também do conhecimento tradicional e reconhece que as populações tradicionais são mais afetadas pela degradação. Reitera o compromisso com

¹ O Quadro de Ação de Hyogo foi instituído em 2005, por 168 países. Inclui o conhecimento do risco e a adoção de medidas, o desenvolvimento de maior compreensão e conscientização sobre o risco e o fortalecimento das ações de preparação e resposta eficaz. Fonte: Defesa Civil do Estado de Santa Catarina, 2007.

os objetivos da CDB e com as Metas de Aichi, assumidas na 10ª Conferência das Partes da Convenção. Convida as Partes da CDB a ratificarem e aderirem ao Protocolo de Nagoya, sobre acesso a recursos genéticos e repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes de sua utilização. O acesso e a repartição de benefícios contribuem para a conservação da biodiversidade, a erradicação da pobreza e a sustentabilidade ambiental. Reconhece também o papel da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção (*Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora – CITES*) e os impactos socioeconômicos e ambientais do tráfico de espécies selvagens. Ressalta a criação da Plataforma Intergovernamental para Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (*Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services – IPBES*).

Sobre a desertificação, o documento ressalta a necessidade de indicadores de monitoramento e avaliação de sua extensão, de maior cooperação para a partilha de informações sobre clima e tempo e de sistemas de previsão e alerta. Reitera a importância do bom manejo da terra e apoia a ação coordenada sob a Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação.

Em relação às montanhas, o documento ressalta o seu papel crucial no fornecimento de recursos hídricos, a sua fragilidade e sua importância para muitas comunidades tradicionais. Encoraja os Estados a incorporarem políticas específicas para esses ambientes.

Quanto a produtos químicos e resíduos, reafirma o objetivo de alcançar, até 2020, a sua boa gestão, tendo em vista minimizar seus efeitos sobre a saúde humana e para o meio ambiente. Manifesta preocupação com a falta de capacidade de gestão dessas substâncias nos países em desenvolvimento. Louva parcerias entre governos, empresas e universidades para desenvolver produtos ambientalmente saudáveis e para melhorar a gestão dos resíduos. Ressalta a importância da abordagem do ciclo de vida dos produtos e da gestão 3R (reduzir, reutilizar, reciclar).

O documento enfatiza que as mudanças nos padrões de consumo e produção são fundamentais para o alcance do desenvolvimento sustentável. Os países reafirmam o compromisso de eliminar progressivamente subsídios prejudiciais e ineficientes relativos aos combustíveis fósseis, os quais encorajam o consumo perdulário e comprometem o desenvolvimento sustentável. Convida todos a considerarem a

ineficiência dos subsídios aos combustíveis fósseis, eliminando suas distorções de mercado, de modo a refletir os impactos ambientais dessa fonte energética.

Sobre a mineração, enfatiza a importância dos minerais para a economia mundial e as sociedades modernas, mas reconhece que a mineração deve maximizar os benefícios socioeconômicos e tratar efetivamente os impactos ambientais e sociais negativos, incluindo aqueles sobre a biodiversidade. As salvaguardas eficazes para redução desses impactos devem abranger a fase de fechamento da mina.

Quanto à educação, assume-se o compromisso de promover a cooperação internacional para que seja alcançado o acesso universal à educação primária. Devem ser desenvolvidos currículos em torno da sustentabilidade e a formação de profissionais em carreiras relacionadas à sustentabilidade, de modo a preencher lacunas de competência na promoção do desenvolvimento sustentável. Reitera a promoção de programas de educação não formal em conformidade com as metas da Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014). Encoraja as instituições de ensino a adotarem boas práticas de gestão sustentável com a participação ativa dos alunos, professores e parceiros locais.

Decidiu-se estabelecer um processo intergovernamental inclusivo e transparente para a definição das Metas do Desenvolvimento Sustentável, a serem acordadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Será constituído um grupo de trabalho o mais tardar no início da 67ª Sessão da Assembleia Geral da ONU, no qual será garantida a plena participação dos grupos interessados, da comunidade científica e do Sistema das Nações Unidas. O Grupo de Trabalho apresentará um relatório na 68ª Sessão da Assembleia Geral da ONU, contendo uma proposta de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

O documento reconhece as conquistas do *Global Environment Facility* (GEF) nos últimos vinte anos. Mas, reafirma que é necessário mobilizar recursos consideráveis de uma variedade de fontes, para promover o desenvolvimento sustentável. Os países em desenvolvimento, especialmente, necessitam de recursos adicionais. Há concordância de que deve ser estabelecido um processo intergovernamental sob a Assembleia Geral da ONU, com o apoio técnico do Sistema das Nações Unidas, e em consulta aberta e ampla, que leve à proposição de uma Estratégia de Financiamento do Desenvolvimento Sustentável. Esse processo será implantado por um comitê intergovernamental composto por trinta peritos, cujo trabalho será concluído até 2014.

IV - EVENTOS PARALELOS

Concomitantemente à Conferência oficial, ocorreram diversos eventos que contaram com grande participação da sociedade civil. Desses, destacam-se o *Rio Climate Challenge*, a Cúpula Mundial dos Legisladores, a Cúpula dos Povos, os Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável e a Cúpula dos Prefeitos.

A seguir, apresentam-se a descrição e o documento final de cada evento.

O RIO CLIMATE CHALLENGE

O *Rio Climate Challenge* (Rio Clima) foi promovido pelas Subcomissões Rio+20 da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e desta Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, da Câmara dos Deputados, bem como da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, do Senado Federal. Ocorreu entre 11 e 17 de junho, no auditório da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN).

O documento final apresenta recomendações, sobre economia verde e governança:

“- Economia Verde

1. Rever o PIB (Produto Interno Bruto) como principal indicador da economia e construir uma nova métrica incorporando variáveis qualitativas relacionadas ao desenvolvimento sustentável.
2. Atribuir valor econômico a serviços ambientais prestados pelos ecossistemas.
3. “New Deal verde”: um massivo investimento público de governos e instituições multilaterais em energias limpas, recuperação ambiental e geração de emprego, como caminho de saída da presente crise.
4. Substituir sistemas tributários e de subsídios por outros vinculados à intensidade de carbono. Eliminar subsídios aos combustíveis fósseis estabelecendo mecanismos de compensação social direta para fazer frente a suas consequências diretas e indiretas sobre a economia familiar.

5. Reforma do sistema financeiro internacional mediante um *Bretton Woods* do baixo carbono instituindo mecanismos e produtos capazes de atrair o capital financeiro internacional para uma economia produtiva de baixo carbono.

Essas ações devem se articular com outras destinadas a estabelecer mecanismos internacionais justos e eficientes de transferência de tecnologias e um mecanismo coletivo para a aquisição de patentes de tecnologias limpas “genéricas” para transferência aos países mais pobres. Devem facilitar o investimento público e privado rumo à universalização do acesso à energia limpa e focar no financiamento para projetos de desenvolvimento resilientes às consequências futuras do aquecimento global. Devem promover a agricultura de baixo carbono e o manejo de ecossistemas.

- Governança

1. Adotar uma métrica unificada para dar mais transparência às metas obrigatórias e objetivos nacionais voluntários no que diz respeito à redução de emissões de GEE e de um “termômetro-símbolo”, de grande visibilidade, nas ruas e praças de cidades de todo o mundo, que vá indicando diariamente a concentração de GEE na atmosfera e sua aproximação do limite de 450 ppm.
2. Desenvolvimento de mecanismos internacionais para o Clima assentados em regras, verificação e responsabilização internacional.
3. Ampliar a discussão da questão climática para outros foros do sistema da ONU como o Conselho de Segurança, a outros eventuais formatos de negociação, bem como, sua inclusão na agenda e na missão do G-20” (RIO CLIMA, 2012).

A CÚPULA DOS POVOS

A Cúpula dos Povos foi organizada pelos movimentos sociais e organizações não governamentais ambientalistas, representados pelo Comitê Facilitador da Sociedade Civil Brasileira para a Rio+20. O Comitê foi criado em 2011, durante o Fórum Social Mundial de Dakar. A Cúpula ocorreu durante os dias 15 e 22 de junho, no Aterro do Flamengo (Rio de Janeiro).

Esse movimento teve o objetivo de dar voz à sociedade civil na Rio+20, assim como ocorreu na Conferência da Sociedade Civil Global sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Fórum Global, realizada na Eco-92. Por meio da

Cúpula dos Povos, os movimentos sociais e organizações ambientalistas ofereceram um olhar crítico sobre os trabalhos das delegações oficiais.

Os debates realizados em plenárias e assembleias resultaram no documento final abaixo, apresentado em 22 de junho de 2012:

“Movimentos sociais e populares, sindicatos, povos, organizações da sociedade civil e ambientalistas de todo o mundo presentes na Cúpula dos Povos na Rio+20 por Justiça Social e Ambiental vivenciaram, nos acampamentos, nas mobilizações massivas, nos debates, a construção das convergências e alternativas, conscientes de que somos sujeitos de uma outra relação entre humanos e humanas e entre a humanidade e a natureza, assumindo o desafio urgente de frear a nova fase de recomposição do capitalismo e de construir, através de nossas lutas, novos paradigmas de sociedade.

A Cúpula dos Povos é o momento simbólico de um novo ciclo na trajetória de lutas globais que produz novas convergências entre movimentos de mulheres, indígenas, negros, juventudes, agricultores/as familiares e camponeses, trabalhadores/as, povos e comunidades tradicionais, quilombolas, lutadores pelo direito à cidade, e religiões de todo o mundo. As assembleias, mobilizações e a grande Marcha dos Povos foram os momentos de expressão máxima destas convergências.

As instituições financeiras multilaterais, as coalizações a serviço do sistema financeiro, como o G8/G20, a captura corporativa da ONU e a maioria dos governos demonstraram irresponsabilidade com o futuro da humanidade e do planeta e promoveram os interesses das corporações na conferência oficial. Em contraste a isso, a vitalidade e a força das mobilizações e dos debates na Cúpula dos Povos fortaleceram a nossa convicção de que só o povo organizado e mobilizado pode libertar o mundo do controle das corporações e do capital financeiro.

Há vinte anos o Fórum Global, também realizado no Aterro do Flamengo, denunciou os riscos que a humanidade e a natureza corriam com a privatização e o neoliberalismo. Hoje afirmamos que, além de confirmar nossa análise, ocorreram retrocessos significativos em relação aos direitos humanos já reconhecidos. A Rio+20 repete o falido roteiro de falsas soluções defendidas pelos mesmos atores que provocaram a crise global. À medida que essa crise se

aprofunda, mais as corporações avançam contra os direitos dos povos, a democracia e a natureza, sequestrando os bens comuns da humanidade para salvar o sistema econômico-financeiro.

As múltiplas vozes e forças que convergem em torno da Cúpula dos Povos denunciam a verdadeira causa estrutural da crise global: o sistema capitalista patriarcal, racista e homofóbico.

As corporações transnacionais continuam cometendo seus crimes com a sistemática violação dos direitos dos povos e da natureza, com total impunidade. Da mesma forma, avançam seus interesses por meio da militarização, da criminalização dos modos de vida dos povos e dos movimentos sociais, promovendo a desterritorialização no campo e na cidade.

Da mesma forma, denunciamos a dívida ambiental histórica que afeta majoritariamente os povos oprimidos do mundo, e que deve ser assumida pelos países altamente industrializados. Ao fim e ao cabo, eles foram os que provocaram as múltiplas crises que vivemos hoje.

O capitalismo também leva à perda do controle social, democrático e comunitário sobre os recursos naturais e serviços estratégicos, que continuam sendo privatizados, convertendo direitos em mercadorias e limitando o acesso dos povos aos bens e serviços necessários à sobrevivência.

A dita “economia verde” é uma das expressões da atual fase financeira do capitalismo que também se utiliza de velhos e novos mecanismos, tais como o aprofundamento do endividamento público-privado, o superestímulo ao consumo, a apropriação e concentração das novas tecnologias, os mercados de carbono e biodiversidade, a grilagem e estrangeirização de terras e as parcerias público-privadas, entre outros.

As alternativas estão em nossos povos, nossa história, nossos costumes, conhecimentos, práticas e sistemas produtivos, que devemos manter, revalorizar e ganhar escala como projeto contra hegemônico e transformador.

A defesa dos espaços públicos nas cidades, com gestão democrática e participação popular, a economia cooperativa e solidária, a soberania alimentar, um novo paradigma de produção, distribuição e consumo, a mudança da matriz energética são exemplos de alternativas reais frente ao atual sistema agro-urbano-industrial.

A defesa dos bens comuns passa pela garantia de uma série de direitos humanos e da natureza, pela solidariedade e pelo respeito às cosmovisões e crenças dos diferentes povos, como, por exemplo, a defesa do “Bem Viver” como forma de existir em harmonia com a natureza, o que pressupõe uma transição justa a ser construída com trabalhadores/as e povos.

Exigimos uma transição justa que supõe a ampliação do conceito de trabalho, o reconhecimento do trabalho das mulheres e um equilíbrio entre a produção e a reprodução, para que esta não seja uma atribuição exclusiva das mulheres. Passa ainda pela liberdade de organização e o direito à contratação coletiva, assim como pelo estabelecimento de uma ampla rede de seguridade e proteção social, entendida como um direito humano, bem como de políticas públicas que garantam formas de trabalho decentes.

Afirmamos o feminismo como instrumento da construção da igualdade, a autonomia das mulheres sobre seus corpos e sexualidade e o direito a uma vida livre de violência. Da mesma forma reafirmamos a urgência da distribuição de riqueza e da renda, do combate ao racismo e ao etnocídio, da garantia do direito à terra e ao território, do direito à cidade, ao meio ambiente e à água, à educação, à cultura, à liberdade de expressão e à democratização dos meios de comunicação.

O fortalecimento de diversas economias locais e dos direitos territoriais garante a construção comunitária de economias mais vibrantes. Estas economias locais proporcionam meios de vida sustentáveis locais, a solidariedade comunitária, componentes vitais da resiliência dos ecossistemas. A diversidade da natureza e sua diversidade cultural associada é fundamento para um novo paradigma de sociedade.

Os povos querem determinar para que e para quem se destinam os bens comuns e energéticos, além de assumir o controle popular e democrático de sua produção. Um novo modelo energético está baseado em energias renováveis descentralizadas e que garantam energia para a população e não para as corporações.

A transformação social exige convergências de ações, articulações e agendas a partir das resistências e alternativas contra hegemônicas ao sistema capitalista que estão em curso em todos os cantos do planeta. Os processos sociais

acumulados pelas organizações e movimentos sociais que convergiram na Cúpula dos Povos apontaram para os seguintes eixos de luta:

Contra a militarização dos Estados e territórios;

Contra a criminalização das organizações e movimentos sociais;

Contra a violência contra as mulheres;

Contra a violência às lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e transgêneros;

Contra as grandes corporações;

Contra a imposição do pagamento de dívidas econômicas injustas e por auditorias populares das mesmas;

Pela garantia do direito dos povos à terra e ao território urbano e rural;

Pela consulta e consentimento livre, prévio e informado, baseado nos princípios da boa fé e do efeito vinculante, conforme a Convenção 169 da OIT;

Pela soberania alimentar e alimentos saudáveis, contra agrotóxicos e transgênicos;

Pela garantia e conquista de direitos;

Pela solidariedade aos povos e países, principalmente os ameaçados por golpes militares ou institucionais, como está ocorrendo agora no Paraguai;

Pela soberania dos povos no controle dos bens comuns, contra as tentativas de mercantilização;

Pela mudança da matriz e modelo energético vigente;

Pela democratização dos meios de comunicação;

Pelo reconhecimento da dívida histórica social e ecológica;

Pela construção do DIA MUNDIAL DE GREVE GERAL e de luta dos Povos.

Voltemos aos nossos territórios, regiões e países animados para construirmos as convergências necessárias para seguirmos em luta, resistindo e avançando contra o sistema capitalista e suas velhas e renovadas formas de reprodução.

Em pé continuamos em luta!” (CÚPULA DOS POVOS, 2012).

O ponto culminante da Cúpula dos Povos foi a Marcha dos Povos, no dia 20 de junho de 2012. Segundo seus organizadores, a Marcha concentrou em torno de 80.000 pessoas de todos os países em protesto contra o andamento das negociações no evento oficial (CÚPULA DOS POVOS, 2012).

A CÚPULA MUNDIAL DOS LEGISLADORES

A 1ª Cúpula Mundial dos Legisladores foi organizada pela *Globe International* e contou com a participação de mais de 300 parlamentares, representando 85 países. Ocorreu na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Palácio Tiradentes), entre os dias 15 e 17 de junho.

A Cúpula teve como objetivo reconhecer o papel dos legisladores nas negociações internacionais sobre meio ambiente e na elaboração e aprovação de leis ambientais; fortalecer a capacidade dos legisladores no monitoramento da implantação dos compromissos assumidos pelos governos feitos no Rio +20; reconhecer o papel dos legisladores; e examinar como o valor do capital natural pode ser integrado dentro das economias nacionais (GLOBE INTERNATIONAL, 2012).

Segue o documento aprovado:

“Em busca da concretização dos objetivos tanto da Cúpula da Terra de 1992, no Rio, como da Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável em Joanesburgo, África do Sul, em 2002 e tendo em mente os objetivos da Cúpula Rio+20, tais quais definidos pelas Nações Unidas, a saber:

- A renovação dos compromissos políticos dos países com o desenvolvimento sustentável,
- A avaliação do progresso nesta área, e
- A identificação dos gargalos e novos desafios de implementação das ações previstas nas conferências anteriores,

Ao reiterar nosso compromisso com os princípios inscritos na Declaração do Rio de 1992 sobre meio ambiente e desenvolvimento, inclusive as responsabilidades comuns, mas diferenciadas,

Ao reconhecer a contínua necessidade de capacitação, assistência tecnológica e financeira aos países em desenvolvimento,

Ao reconhecer que, embora alguns avanços tenham sido realizados desde 1992, a implementação dos objetivos acordados não foi unívoca até o momento,

Ao lamentar a falta de reconhecimento apropriado do papel singular dos legisladores na busca e na implementação do desenvolvimento sustentável em cada uma destas conferências,

Ao ressaltar que a implementação dos objetivos originais do Rio foi dificultada pela ausência de três elementos-chave:

- A transposição efetiva dos objetivos do Rio em legislação nacional,
- Uma estrutura eficaz de monitoramento que favorecesse a prestação de contas por parte dos governos no que tange aos objetivos acordados no Rio,
- O engajamento pleno e efetivo de Ministérios da Fazenda, de Finanças e de Economia,

Ao reconhecer o papel dos legisladores de:

- Desenvolvimento, aprovação e monitoramento da implementação de legislações nacionais,
- Fiscalização e controle da performance dos governos e aumento do seu nível de ambição,
- Aprovação de orçamentos e contas nacionais,
- Avanço da abordagem do capital natural no âmbito dos respectivos países,
- Fomento de debates e da educação sobre o desenvolvimento sustentável com justiça social e respeito à diversidade cultural, conforme a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais da Unesco, e
- Promoção da diplomacia parlamentar em questões de desenvolvimento sustentável,

Ao reconhecer as boas práticas vigentes em nossos países, inclusive em nível subnacional e das cidades, bem como o valor e a importância de enfatizar e divulgar essas boas práticas,

Nós, legisladores de 85 países, reunimo-nos na ocasião da primeira “Cúpula Mundial de Legisladores”, no Rio de Janeiro, de 15 a 17 de junho de 2012, e Comprometemo-nos a:

- Renovar o compromisso político dos países com o desenvolvimento sustentável, levando em consideração as três dimensões principais: o crescimento econômico, a proteção ambiental e a justiça social,
- O princípio do não retrocesso no direito ambiental,
- Fortalecer a governança para o desenvolvimento sustentável nos níveis internacional, regional e local,
- Fortalecer a resposta legislativa em nossos respectivos parlamentos para atingir os objetivos da Rio+20,

- Fortalecer nosso comprometimento com políticas públicas sobre desenvolvimento sustentável e uma economia verde inclusiva, respeitando a soberania nacional,
 - Trazer para o centro dos debates na formulação de políticas a redução dos riscos de desastre,
 - Promover ou apoiar políticas públicas de erradicação da pobreza,
 - No contexto do desenvolvimento sustentável,
 - Incentivar a inclusão do Capital Natural nas contas nacionais de nossos respectivos países,
 - Fazer avançar legislação que integre a abordagem do Capital Natural na análise de políticas e no processo decisório,
 - Desenvolver um plano de controle por parte dos legisladores nacionais para fiscalizar nossos governos e seus compromissos em relação à Conferência do Rio, bem como na forma de eles interagirem nos processos internacionais e com as agências das Nações Unidas sobre o tema do desenvolvimento sustentável, inclusive o início dos debates em nossos legislativos, pelo menos anualmente para avaliar o progresso da implementação dos objetivos do Rio; e
 - Reunirmo-nos, a cada dois anos, no Rio de Janeiro, Brasil, na Cúpula Mundial de Legisladores com o intuito de:
 - Destacar e compartilhar as melhores práticas legislativas,
 - Relatar o progresso nacional frente a cada um dos objetivos da Cúpula Mundial de Legisladores em relação ao avanço da legislação e ao fortalecimento do controle,
 - Debater novas estratégias internacionais para o desenvolvimento sustentável, ao passo que,
- Recomendamos que os governos ratifiquem o Protocolo de Nagoya, e Convocamos os governos a apoiar a iniciação do processo da Cúpula de Legisladores, de modo a reconhecê-lo no documento final da Rio+20, bem como a apoiar os legisladores em seus esforços de promulgação de leis e de fortalecimento da fiscalização e do controle da implementação dos compromissos assumidos no Rio pelos governos.” (SENADO FEDERAL, 2012).

OS DIÁLOGOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Os Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável foram organizados pelo governo brasileiro com o apoio da ONU. Foram iniciados antes da Rio+20, por meio de uma plataforma digital de acesso público, a partir da qual foram selecionados dez temas de debates: desemprego, trabalho decente e migrações; desenvolvimento sustentável como resposta às crises econômicas e financeiras; desenvolvimento sustentável para o combate à pobreza; economia do desenvolvimento sustentável, incluindo padrões sustentáveis de produção e consumo; florestas; energia sustentável para todos; segurança alimentar e nutricional; água; cidades sustentáveis e inovação; e oceanos.

Esses temas foram discutidos no âmbito da plataforma, sendo produzidas dez recomendações para cada tema. Uma delas foi eleita pelo público internauta, para constar obrigatoriamente do documento final dos Diálogos. Outras duas recomendações para cada tema foram selecionadas a partir das nove restantes, no evento presencial ocorrido no Riocentro, na cidade do Rio de Janeiro, nos dias 16 a 19 de junho de 2012.

O evento presencial foi estruturado em dez plenárias (uma para cada tema), sendo que cada plenária contou com dez painelistas, escolhidos entre governantes, técnicos e representantes da sociedade civil de todos os países. Durante cada plenária, o público presente escolheu uma segunda recomendação e os painelistas escolheram uma terceira.

Assim, o documento final dos Diálogos contém trinta recomendações, resumidas no Quadro abaixo:

Quadro 1. Temas e recomendações dos Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável encaminhados aos chefes de Estado.

TEMA	RECOMENDAÇÕES
Desemprego, trabalho decente e migrações	1. Colocar a educação no centro da agenda de Metas de Desenvolvimento Sustentável;
	2. Comprometer-se com trabalho digno para todos até 2030, [...] bem como a uma proteção social para todos até 2030 [...];
	3. Obrigar os governos nacionais a respeitar os direitos humanos de todos os trabalhadores migrantes e suas famílias [...].
Desenvolvimento Sustentável como resposta à crise econômica	1. Promover reformas fiscais que incentivem a proteção do meio ambiente e beneficiem os pobres;
	2. Criar um imposto sobre transações financeiras internacionais, com vista a contribuir para um Fundo Verde encarregado de promover trabalhos decentes e tecnologias limpas;
	3. A adotar metas de desenvolvimento sustentável, que deverão ser assumidas por empresas, sociedade civil e setor público. [...] e devem abranger cinco áreas críticas: 1) [...] atendimento às necessidades básicas de saúde, água potável, saneamento e dignidade de vida, 2) sistema de energia sustentável, 3) fornecimento de alimentos sustentáveis [...];
	4) ambientes urbanos sustentáveis [...] e 5) indústria sustentável [...].
Desenvolvimento sustentável para combater a pobreza	1. Promover a educação global [...];
	2. Garantir a cobertura de saúde universal [...]
	3. Promover o acesso equitativo à informação, participação, representação e justiça em nível local, nacional e global [...] e promover a inovação de base.
A economia do desenvolvimento sustentável, incluindo padrões sustentáveis de produção e consumo	1. Eliminar gradualmente os subsídios prejudiciais e desenvolver regimes fiscais verdes;
	2. Incluir prejuízos ambientais no Produto Nacional Bruto (PNB) e complementá-la com medidas de desenvolvimento social;
	3. Promover contratos públicos sustentáveis em todo o mundo como um catalisador para padrões sustentáveis [...].
Florestas	1. Restaurar 150 milhões de hectares de terras desmatadas e degradadas até 2020;
	2. Promover a ciência, tecnologia, inovação e conhecimento tradicional, a fim de [...] usar as florestas sem destruí-las;
	3. Promover Desmatamento Zero até 2020, respeitando os direitos e conhecimento dos povos que vivem na e das florestas [...].
Segurança Alimentar e nutricional	1. Promover sistemas alimentares sustentáveis e contribuir para a melhoria da saúde;
	2. Desenvolver políticas que estimulem a produção sustentável de alimentos voltados para produtores e consumidores;
	3. Eliminar a miséria e a [...] desnutrição. Capacitar mulheres agricultoras, pequenos agricultores, jovens agricultores e povos indígenas. [...]
Energia Sustentável para Todos	1. Tomar medidas concretas para eliminar os subsídios aos combustíveis fósseis;
	2. Estabelecer metas ambiciosas para a mudança para energia renovável;
	3. Aumentar os investimentos e vontade política para garantir o acesso universal, equitativo e acessível de energia sustentável para todos, na próxima década [...].
Água	1. Promover abastecimento de água seguro, protegendo a biodiversidade, ecossistemas e fontes de água;
	2. Implementar o direito à água; e
	3. Adotar políticas globais mais ambiciosas afirmando a importância da gestão integrada da água, saneamento, energia e planejamento do uso da terra, desenvolvimento, conservação e gestão em todas as escalas[...].
Cidades Sustentáveis e Inovação	1. Promover a utilização de resíduos como fonte de energia renovável em ambientes urbanos;
	2. Realizar planejamento prévio para a sustentabilidade e qualidade de vida nas cidades;
	3. Cada chefe de Estado deve identificar uma cidade sustentável para desenvolver uma rede de compartilhamento de conhecimento e inovação. [...]
Oceanos	1. Evitar a poluição dos oceanos por plásticos através da educação e colaboração da comunidade;
	2. Lançar um acordo global para salvar biodiversidade do alto mar;
	3. Tomar medidas imediatas para desenvolver uma rede global de áreas marinhas protegidas internacionais, promovendo simultaneamente ecossistema gestão das pescas com base, com especial atenção para os interesses da pesca artesanal.

Fonte: compilação de GANEM (2012), a partir de PNUMA (2012b).

A CÚPULA DOS PREFEITOS

A Cúpula dos Prefeitos foi organizada pelo C40 *Cities – Climate Leadership Group* – e apoiada pela *Clinton Climate Initiative*. O C40 reúne prefeitos das 40 maiores cidades do mundo, com o objetivo de reduzir as emissões de gases de efeito estufa (C40Cities, 2012). A Cúpula dos Prefeitos ocorreu no Forte de Copacabana, no dia 18 de junho de 2012.

No encontro, os integrantes do C40 acordaram:

- a redução de 12% das emissões até 2016, o que representa 248 milhões de toneladas de carbono até 2020 e 1,3 bilhões até 2030;
- um acordo de financiamento e assistência técnica de tratamento de lixo com o Banco Mundial, visando reduzir as emissões de metano; e
- a redução de cerca de 400 milhões de toneladas de emissões de gases poluentes até 2020 (Rio+20, 2012b; Prefeitura do Rio de Janeiro, 2012).

V - ATIVIDADES DA COMISSÃO NA RIO+20

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) da Câmara dos Deputados realizou diversas atividades durante a Rio+20, descritas abaixo.

Em 15 de junho de 2012, a Cmads lançou a publicação resultante do **Ciclo de Palestras e Debates da Rio+20**, no Parque dos Atletas (Rio de Janeiro). O Ciclo de Palestras e Debates da Rio+20 foi uma iniciativa da Subcomissão Rio+20 da CMADS, em parceria com a Frente Parlamentar Ambientalista da Câmara dos Deputados e a Fundação SOS Mata Atlântica. O Ciclo teve como objetivo promover o diálogo dos parlamentares e técnicos com a sociedade civil e colher sugestões para a Cúpula Mundial. Foram realizados debates regionais, conforme o Quadro 2, abaixo:

Quadro 2. Reuniões regionais do Ciclo de Palestras e Debates da Rio+20.

TEMA	LOCAL	DATA
BIOMAS	Manaus (AM)	23 de setembro de 2011
RECURSOS HÍDRICOS	Cuiabá (MT)	21 de outubro de 2011
MEIO AMBIENTE URBANO	São Paulo (SP)	21 de novembro de 2011
ENERGIA	Recife (PE)	16 de dezembro de 2011
SEGURANÇA ALIMENTAR	Porto Alegre (RS)	26 de janeiro de 2012
ECONOMIA VERDE	Brasília (DF)	27 de março de 2012

A publicação lançada contém sete cadernos, seis sobre os temas discutidos nas reuniões regionais e um com as recomendações colhidas em todas as reuniões.

Além disso, os parlamentares da CMADS estiveram presentes em diversos outros eventos da Rio+20, entre os quais citam-se:

- Reuniões com parlamentares estrangeiros

A Cmads realizou audiência com a delegação de parlamentares da Comissão de Meio Ambiente do Parlamento Dinamarquês, no dia 20 de junho de 2012, no Pavilhão 5 do Riocentro. Na ocasião, o Presidente da Cmads defendeu que o Brasil deve cobrar dos países ricos pelos serviços ambientais que a Amazônia presta ao mundo. Ele explicou que o Brasil precisa de apoio para diminuir os desmatamentos e as queimadas, pois é um dos principais emissores de gás carbono, não em função da poluição das

indústrias e cidades, mas devido aos desmatamentos e queimadas. O Deputado elogiou a proposta de cooperação entre Brasil e Dinamarca na área de desenvolvimento da biotecnologia.

A delegação russa também reuniu-se com parlamentares brasileiros no espaço da Cmads, no Riocentro. Na ocasião Larissa Zelentsova, chefe da delegação russa na Rio+20 e uma das pessoas indicadas ao Prêmio Nobel da Paz de 2005, anunciou o acordo firmado com o Fórum Nacional de Reitores para realização de missões entre Brasil e Rússia, tendo em vista o intercâmbio de tecnologias na área de desenvolvimento sustentável.

Os parlamentares brasileiros reuniram ainda com representantes da delegação de Taiwan no espaço da Cmads, no Riocentro. O Presidente da Cmads defendeu a cooperação entre Brasil e Taiwan na área ambiental, em especial sobre as tecnologias utilizadas naquele país sobre energias renováveis, com ênfase na energia solar. O Vice-Ministro de Taiwan explicou que os recursos naturais já são escassos em seu país, mas Taiwan vem avançando muito na área ambiental, nos últimos vinte anos.

- Ciclo de Debates do Ministério do Meio Ambiente para a Rio+20 “Brasil Sustentável – o caminho para Todos”. Em 13/06/12, às 09h30, no Auditório Tom Jobim no Jardim Botânico.

- Abertura da Programação Cultural da Rio+20. Em 13/06/12, às 18h, no Galpão da Cidadania, Gamboa.

- Encontro da Indústria para a Sustentabilidade. Em 14/06/12, às 09h30, no Hotel Sofitel Copacabana.

- Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal. Em 15/06/12, às 08h, em Copacabana.

- Reunião do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Em 17/06/12, às 09h, no Sheraton Hotels & Resorts.

- Seminário Internacional *Forests: the heart of a green economy*, da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e BRACELPA. Em 18/06/12, às 09h, na Barra da Tijuca.

- Debate sobre Organização Econômica da Produção Extrativista Brasileira: Políticas Públicas e experiências do Cooperativismo Solidário. Em 18/06/12, às 14h, no Pier Mauá.

- “Aproveitando as florestas tropicais para uma transição rumo à economia verde”, debate promovido pela Organização Internacional de Madeiras Tropicais (OIMT) e pela Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA). Em 18/06/12, às 16h, no Parque dos Atletas.

- Seminário Internacional Territórios Sem Fronteiras. Em 19/06/12, no MAC Museu de Arte Contemporânea de Niterói.

- Cúpula de Mulheres Chefes de Estado na Rio+20. Em 21/06/2012, no Riocentro.

- Audiência da Comissão Mista de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional. Em 21/06/2012, no Parque dos Atletas.

VI - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Rio+20 ocorreu em meio ao cenário internacional adverso marcado pela crise financeira e pelos conflitos dos países árabes. Ainda assim, essa foi a maior conferência já realizada pela ONU, com 45.381 participantes, 12.000 delegados, 188 estados-membros e três observadores. O documento final, denominado O Futuro que Queremos, entre outras disposições:

- reafirma o princípio das responsabilidades comuns mas diferenciadas;
- reconhece que é preciso acelerar a eliminação da lacuna de desenvolvimento entre os países;
- reconhece que, embora tenha havido progressos no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio na erradicação da pobreza, tal progresso tem sido desigual e o número de pessoas vivendo na pobreza continua a aumentar em alguns países;
- decide estabelecer um grupo de trabalho para a elaboração de uma proposta de Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, que apresentará um relatório na 68ª Sessão da Assembleia Geral da ONU (2013);
- reafirma o papel central da ONU e a autoridade da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre os assuntos globais. Compromete-se com o fortalecimento do Conselho Econômico e Social (ECOSOC), indicado como o órgão principal para as questões do desenvolvimento socioeconômico e para o acompanhamento dos Objetivos do Milênio;
- decide pelo estabelecimento de Fórum Político Intergovernamental de Alto Nível, que substituirá a Comissão de Desenvolvimento Sustentável, cujo formato será definido em processo de negociação intergovernamental. Objetiva-se fazer a primeira convocação do Fórum no começo da 68ª sessão da Assembleia Geral, em 2013;
- decide que o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) continuará como autoridade ambiental líder;
- solicita à Comissão Estatística das Nações Unidas, que lance um programa de trabalho para revisão do PIB, tendo em vista a inclusão dos fatores ambientais; e
- salienta a importância do processo regular de Avaliação Global do Estado do Ambiente Marinho, criado no âmbito das Nações Unidas, cujos primeiros resultados serão apresentados em 2014 e submetidos à consideração da Assembleia Geral da ONU. Assume-se o compromisso de, antes da 69ª Sessão da Assembleia Geral (2014),

abordar a conservação da biodiversidade marinha de áreas além da jurisdição nacional, por meio de instrumento internacional sob a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos do Mar.

O documento avançou pouco em relação à **economia verde**, alcançando apenas a indicação de um conjunto de princípios do que ela deverá ser. Também houve poucos avanços em relação aos recursos financeiros para implantação do desenvolvimento sustentável. O documento reconhece as conquistas do *Global Environment Facility* (GEF) nos últimos vinte anos, mas afirma que é necessário mobilizar recursos consideráveis de uma variedade de fontes, especialmente para os países em desenvolvimento. Deverá ser estabelecido um processo intergovernamental sob a Assembleia Geral da ONU, que leve à proposição de uma Estratégia de Financiamento do Desenvolvimento Sustentável até 2014.

A mudança do clima é reafirmada como um dos maiores desafios do nosso tempo, manifestando-se profunda preocupação com o crescimento contínuo das emissões de GEE. Mas, o documento também não avança nessa questão. Apenas insta as Partes a cumprirem os compromissos acordados na Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima e no Protocolo de Quioto.

Diante desse quadro de poucos avanços em relação aos entraves políticos e econômicos ao desenvolvimento sustentável, o documento final da Rio+20 tem recebido duras críticas. As principais apontam que o documento peca pela falta de foco, o que já havia sido percebido desde o processo de elaboração do *Zero Draft* (“rascunho oficial”). Não houve aprovação de documentos específicos, como ocorreu na Eco-92, tendo em vista que a pauta da Conferência foi direcionada para economia verde, pobreza e arcabouço institucional. Temas de grande relevância atual, como mudança do clima e perda de biodiversidade, ficaram fora da agenda principal. O documento é pobre em prazos e metas, apresentando-se em linguagem abstrata, que não institui obrigações. Além disso, não se alcançou consenso sobre o que é economia verde. Muitos consideram que o conceito apresentado é redundante com o de desenvolvimento sustentável (GANEM, 2012).

Segundo o Deputado Penna, as dificuldades da Rio+20 evidenciam a falência de um modelo de desenvolvimento que privilegia a exportação de *commodities*. O parlamentar afirma que precisamos organizar a sociedade nos padrões de uma economia

verde, que veja a natureza como um grande estoque a ser preservado para garantir a própria vida na Terra.

De acordo com o Deputado Sarney Filho, a falta de metas concretas nas discussões oficiais já era esperada, em função da crise econômica que atinge vários países. O documento oriundo da Rio+20, segundo ele, é muito conservador, sem ambição. Mesmo assim, ele defende que a Conferência não deve ser vista como um fracasso, pois houve um forte protagonismo da sociedade. Ficou claro que a defesa do meio ambiente e da sustentabilidade é um assunto da sociedade, o que já representa ganhos concretos para o mundo. O Deputado destacou os compromissos assumidos pela Cúpula dos Prefeitos e ressaltou que a sociedade deve permanecer mobilizada e não deve entrar no clima de ceticismo diante das dificuldades de negociação.

No mesmo sentido, o Deputado Arnaldo Jordy ressaltou que o documento aprovado é pouco audacioso. Trata-se de um protocolo de intenções que não avançou, porque não contém metas, nem prazos, nem estratégias de financiamento para ações de desenvolvimento sustentável. Entretanto, a Rio+20 foi muito produtiva como espaço global de sensibilização da opinião pública para mudanças de comportamento. O despertar das pessoas para a necessidade de novas formas de produzir e de viver com sustentabilidade talvez tenha sido o principal ponto positivo da Conferência. Assim, defende o Deputado, os diversos fóruns de discussão da sociedade civil contribuíram fortemente para aumentar a conscientização da sociedade em geral sobre a necessidade de promover o desenvolvimento com conservação.

Conforme enfatizou a Deputada Rebecca Garcia, mais importante do que o que foi discutido e assinado na Rio+20 é o que segue agora – a fase de implementação dos compromissos assumidos. Ela entende que a Conferência foi um passo muito importante para o Brasil, mas acima das discussões que ocorreram está a concretização dos acordos. É preciso continuar vigilante para garantir a implantação e a continuidade de cada acordo firmado.

Portanto, em que pese a justificada decepção da sociedade em geral, quanto à ausência de ações concretas para controlar as alterações ambientais que alcançam escala global, em especial aquelas relativas à mudança do clima, a mobilização geral em prol dessas questões deve permanecer. É certo que a degradação ambiental caminha a passos galopantes e que a definição de soluções é cada vez mais urgente. Mas o processo de negociação internacional ocorre em etapas que não podem ser eliminadas. O ceticismo

não pode estabelecer-se, sob pena de interromper as já difíceis negociações e gerar retrocessos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CÚPULA DOS POVOS. <http://cupuladospovos.org.br>. Acesso em 21 out. 2012.

DEFESA CIVIL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Redução de desastres – Marco de Ação de Hyogo. 04 jul. 2007. http://www.defesacivil.sc.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=205&Itemid=255. Acesso em 21 out. 2012.

GANEM, ROSELI SENNA. De Estocolmo à Rio+20: avanço ou retrocesso? Cadernos ASLEGIS, 45, jan./abr. 2012. No prelo.

GLOBE INTERNATIONAL. <http://www.globeinternational.org/>. Acesso em 11 set. 2012.

ONU (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS). Rio+20 – Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. <http://www.onu.org.br/rio20>. Acesso em 18 out. 2012.

PNUMA (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE).(a). GEO 5 – Panorama Ambiental Global. 2012. http://www.pnuma.org.br/publicacoes_detalhar.php?id_publici=97. Acesso em 6 set. 2012.

PNUMA (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE).(b). Dialogues for Sustainable Development, RioCentro June 16 – 19, Report. http://www.unep.org/PDF/Dialogues_report_FINAL.pdf. Acesso em 27 ago. 2012.

RIO CLIMA. Rio Clima encaminha sugestões para Rio+20. 18 jun. 2012. <http://www.brasilnoclima.org.br/noticia.kmf>. Acesso em 21 out. 2012.

SENADO FEDERAL. O Protocolo GLOBE-Rio+20 de Legisladores – Versão FINAL. 17 jun. 2012. <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2012/06/17/o-protocolo-globe-rio-20-de-legisladores-2013-versao-final-1>. Acesso em 22 out. 2012.

2013_6814